



Ofício ABPA nº117/2021

São Paulo, 03 de maio de 2021

Senhor Presidente JAIR MESSIAS BOLSONARO,
Presidente da República Federativa do Brasil,
Palácio do Planalto – 3º andar, 70150-900 – Brasília – DF.
gabinetepessoal@presidencia.gov.br

CC: Sra. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina
Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes

REF.: INFLAÇÃO, PERDA DE EMPREGOS – MEDIDA EMERGENCIAL PELA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Senhor Presidente da República,

Com nossos cumprimentos iniciais, a Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA, que representa a avicultura e a suinocultura do Brasil, vem reafirmar a gravíssima situação enfrentada por nosso setor produtivo, relativa aos custos de produção – e com impacto direto à geração de emprego, ao consumidor brasileiro e à sociedade.

A ABPA é a representação da avicultura e a suinocultura do Brasil, setores que geram quase 4 milhões de empregos diretos e indiretos, um PIB de R\$ 121 bilhões e divisas de exportação superiores a US\$ 8,5 bilhões anuais, com um papel determinante para o país, seja por questões de segurança alimentar – a carne de frango, a carne suína e os ovos são proteínas básicas para todas as classes sociais – ou pelo aspecto econômico e social, girando a economia de regiões onde as agroindústrias são os alicerces básicos. E são mais **de 200 unidades frigoríficas** em todo o Brasil.

Antes, queremos aqui reafirmar o **inquestionável trabalho realizado por nossa Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a líder do nosso Agro,** que tem impulsionado o Brasil exportador pela abertura de mercados por um lado e, por outro, não tem medido esforços para tentar solver esta grave crise enfrentada por nosso setor produtivo, com reflexos diretos no abastecimento. Entretanto, a busca por uma solução ultrapassa os limites do Ministério da Agricultura, e envolve outros órgãos, como o **Ministério da Economia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** - e, por isto, demanda a **vossa coordenação.**

Neste sentido, queremos destacar as dificuldades geradas à cadeia produtiva diante deste quadro alarmante de forte especulação de grãos. **Já há consultores de mercado apontando o milho brasileiro como um dos mais caros do mundo!** Nem em nossos momentos mais críticos avaliamos a possibilidade de superar os três dígitos em reais no valor pago ao milho consumido para a ração dos animais. **Em um comparativo, interno, o preço paridade de importação é, inclusive, menor que o ofertado ao avicultor e ao suinocultor brasileiro. Chegamos à paradoxal situação de ofertar ao estrangeiro (e nosso concorrente) o milho brasileiro a um preço mais barato do que é oferecido à indústria nacional. Os dados abaixo comprovam esta informação que impacta todos os núcleos produtores de aves e de suínos - em sua maioria, localizados distantes dos polos de produção.**

Em 12 meses, conforme o monitoramento feito pelo Índice de Custos de Produção da EMBRAPA Suínos e Aves, produzir **frango está 43,4% mais caro** em relação a abril de 2020 – já em um momento de forte alta de custos. **O mesmo ocorre com o setor de suínos, com alta de 45,7%.**

Para se ter uma ideia, em alguns casos, o impacto é ainda maior. Conforme pode ser acompanhado no gráfico abaixo, o Paraná – maior produtor de carne de frango e terceiro principal produtor de carne suína do Brasil – registrou uma alta de cerca de 115% no preço do milho em abril; na soja, superou 50%. Na data de hoje, os números são ainda maiores que os registrados nesta tabela.

Preço Médio do Milho semi-duro atacado (R\$/sc 60Kg)

Praça	Abril 2020	Abril 2021*	Variação %	Média (Jan-Abr 2020)	Média (Jan-Abr 2021)	Variação %
Chapecó(SC)	48,836	99,488	103,7%	48,572	89,932	85,2%
Recife (PE)	59,752	96,582	61,6%	59,582	89,815	50,7%
Campinas (SP)	52,921	97,154	83,6%	53,361	89,271	67,3%
Campos Novos (SC)	48,804	97,629	100,0%	49,140	88,497	80,1%
Mogiânia (SP)	49,303	95,504	93,7%	49,095	86,737	76,7%
Cascavel(PR)	46,226	99,997	116,3%	46,072	86,590	87,9%
Sudoeste (PR)	45,577	98,589	116,3%	45,987	86,133	87,3%
Sorocabana(SP)	50,288	93,651	86,2%	49,934	85,236	70,7%
Passo Fundo (RS)	47,388	92,531	95,3%	46,729	85,176	82,3%
Norte (PR)	45,455	97,843	115,3%	45,304	84,485	86,5%
Ponta Grossa (PR)	46,427	96,742	108,4%	46,163	84,204	82,4%
Triângulo Mineiro (MG)	46,206	87,093	88,5%	48,159	81,293	68,8%
Rio Verde(GO)	45,119	86,590	91,9%	45,508	78,509	72,5%
Unai (MG)	43,977	84,602	92,4%	46,203	77,433	67,6%
Barreiras (BA)	44,175	76,406	73,0%	46,162	69,775	51,2%
Sorriso(MT)	39,994	73,046	82,6%	38,246	68,906	80,2%

Preço Médio do Farelo de Soja (R\$/ton)** - FOB origem

Praça	Abril 2020	Abril 2021*	Variação %	Média (Jan-Abr 2020)	Média (Jan-Abr 2021)	Variação %
Maringá(PR)	1.713,91	2.601,42	51,78%	1.484,97	2.947,45	98,49%
Oeste(PR)	1.665,94	2.548,63	52,98%	1.427,47	2.820,51	97,59%
Ponta Grossa(PR)	1.735,19	2.504,82	44,35%	1.511,88	2.742,11	81,37%
Campinas(SP)	1.614,90	2.495,25	54,51%	1.466,78	2.685,84	83,11%
Chapecó (SC)	1.631,09	2.426,92	48,79%	1.422,76	2.685,46	88,75%
Mogiânia (SP)	1.691,22	2.501,47	47,91%	1.474,71	2.682,39	81,89%
Passo Fundo (RS)	1.717,07	2.403,35	39,97%	1.466,21	2.652,71	80,92%
Ijuí (RS)	1.688,17	2.407,58	42,61%	1.442,65	2.652,44	83,86%
Barreiras (BA)	1.472,87	2.700,81	83,37%	1.357,17	2.635,98	94,23%
Campo Grande (MS)	1.639,09	2.452,34	49,62%	1.371,82	2.625,08	91,36%
Triângulo Mineiro (MG)	1.515,05	2.417,95	59,59%	1.377,08	2.566,81	86,40%
Rondonópolis (MT)	1.604,10	2.404,33	49,89%	1.376,84	2.496,55	81,32%
Rio Verde (GO)	1.463,43	2.253,09	53,96%	1.315,39	2.458,95	86,94%

É preciso esclarecer que o **milho e o farelo de soja**, que são os principais componentes da ração animal, representam **70% dos custos de produção**.

As altas das exportações de carne de frango e de carne suína – registradas neste início de ano - ajudam, mas não refrescam o quadro. **E aqueles que não exportam estão entrando em uma situação insolúvel, de mãos atadas**, diante de um mercado de custos elevados e baixo potencial de incremento de consumo de produtos – com a crise econômica decorrente do quadro pandêmico.

A sustentabilidade e **os milhares de empregos** gerados pelo setor produtivo – um dos poucos a expandir seus quadros de funcionários durante a pandemia – **estão em risco**, especialmente os pequenos frigoríficos. A economia de pequenas cidades do interior pode ser impactada – até mesmo, colapsadas. Ao todo, **são quase 4 milhões de empregos no setor produtivo, sendo que mais de 500 mil diretos apenas nas unidades produtoras**.

Além disso, há que se considerar que **há 1 bilhão de aves e 39 milhões de suínos do campo**, neste momento, que dependem destes insumos - e parte deles poderão sofrer as consequências da diminuição do acesso à ração.

Vivemos um paradoxo: por meio do Decreto Presidencial Nº 10.344, de 8 de maio de 2020, **fomos convocados a garantir o abastecimento logo no início da pandemia, e assim fizemos**. Foram investidos bilhões em todo o setor produtivo, com o compromisso de não apenas produzir, como também ampliar a oferta de alimentos para a nossa população – e **aumentamos em todas as proteínas, seja aves (6,5% de alta), suínos (5,5%) ou ovos (9,1%)**. Agora, em uma reversão de quadro, a agregação de valor gerada pela transformação de grãos em proteína animal é pressionada pela forte especulação no preço dos grãos.

Entramos, assim, em um potencial processo de desindustrialização, incentivando a exportação de grãos ante produtos acabados, como o alimento. Por força da legislação, o milho que é exportado não tem incidência de ICMS e PIS/COFINS, ao passo que as compras internas – que geram segurança alimentar, emprego e renda para o brasileiro – são tributadas.

Esta é uma conta importante a se fazer: **se o Brasil exportasse os grãos utilizados nas 5,2 milhões de toneladas de carne de frango e de carne suína embarcadas em 2020, deixaríamos de obter US\$ 6,5 bilhões** – valor agregado pela produção de proteína animal na transformação destes grãos em carne. **As exportações de milho e de soja em grãos renderiam, aproximadamente, US\$ 2 bilhões; uma vez transformadas em carne de aves e de suínos, renderam US\$ 8,5 bilhões** para o saldo da balança comercial brasileira. Isto, sem considerar os **milhares de empregos** gerados por esta agregação de valor.

Infelizmente, as consequências não se restringem a quem produz. A assimetria de informações que gera hiper especulação dos grãos tem um efeito perverso sobre uma população cada vez mais ameaçada pela fome. **De acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, a carne suína está 26,6% mais cara em relação a março de 2020, e a carne de frango (a mais consumida pelo brasileiro, um dos alicerces básicos da segurança alimentar nacional) subiu 14,4%**. Mas tal reajuste não foi suficiente para cobrir os custos de produção, haja vista que os insumos básicos da produção superaram altas de mais 100% em diversas praças. A escassez de outros insumos fundamentais como papelão e plástico, atrelados aos gastos adicionados pela Covid-19 para a manutenção da produção no contexto da essencialidade, agravaram ainda mais o quadro.

Nesta espiral ascendente de alta de preços ao produtor e ao consumidor – sob a mão pesada do especulador – há alternativas que precisam ser aliadas à suspensão da cobrança da Tarifa Externa

Comum (TEC) – renovada recentemente pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Abaixo, listamos algumas delas:

- Viabilizar a **autorização excepcional da importação de milho transgênico** produzido nos Estados Unidos, com a finalidade exclusiva de uso na ração animal. Tal autorização, pleiteamos por um período previamente definido – **até o fim deste ano - feitos com rastreabilidade de seu uso**, que se daria estritamente com o objetivo de sanar a escassez de oferta interna que se instalou, decorrente de especulação. Obviamente que tal autorização especial implica na eventual importação de variedades transgênicas que hoje não estão entre as aprovadas pelo CTNBio. **Destacamos, entretanto, que não se intenciona deste milho importado a finalidade de uso para sementes, jamais!** O uso é restrito à ração animal.

- Solicitar que **retirem temporariamente o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) aos países extra-MERCOSUL**, pelo mesmo prazo que a CAMEX retirou as tarifas de importação do milho e soja – final de 2021. Isto, pois o AFRMM possui grande impacto financeiro significativo no custo para as agroindústrias importadoras de grãos, uma vez que esse imposto, que é calculado sobre a remuneração do transporte marítimo, tem alíquota aplicada de 25% (vinte e cinco por cento) na navegação de longo curso – o que torna menos competitiva a viabilização da importação de milho e de soja de fora do MERCOSUL– já dificultado pelo câmbio.

- **Suspensão temporária (até dezembro/21) da cobrança de PIS e COFINS sobre a importação de grãos até o último mês de 2021, seja das nações integrantes do MERCOSUL ou extra MERCOSUL - para empresas que não operam na modalidade Drawback.** Em meio a esta tempestade, a supracitada suspensão pode **aumentar a competitividade da importação dos insumos**, proporcionando redução da pressão no quadro de custos de produção. Este pedido tem potencial eficiência para minimizar o processo especulativo que estamos vivenciando. Em uma **simulação** realizada tendo como base os custos de produção do Espírito Santo – um dos estados em situação crítica – há uma **notável redução nos custos de importação**, especialmente para empresas pequenas que não contam com a alternativa do Drawback. Com base em uma importação vinda da Argentina, o custo do insumo **cairia mais de R\$ 10/saca 60kg**, gerando uma situação mais competitiva em relação aos preços atualmente praticados. Vale ressaltar que há casos de estados que tem concedido isenção de ICMS sobre importação, o que demonstra a viabilidade das isenções e a necessidade do Governo Federal, em contrapartida, suspender a cobrança de PIS e COFINS em um esforço nacional contra a inflação dos alimentos;

- Suspensão temporária da cobrança de PIS e COFINS incidente sobre o custo do frete nas operações interestaduais de transporte de grãos;

- Ao mesmo tempo, para que seja viável a compra antecipada pelas empresas produtoras de aves, de suínos e de ovos do Brasil, é fundamental que seja **ampliado o acesso a crédito para armazenagem voltado às agroindústrias e cooperativas de proteína animal do Brasil**. Aqui não tratamos apenas de construção de armazéns, mas também de financiamento para armazenamento - e contra a concentração da capacidade de estoque apenas em quem tem o poder de especulação.

- **Instalação de programas de incentivo ao plantio de insumos, em especial, nos entornos dos polos produtores de proteína animal do Brasil:** este programa de médio e longo prazo pode ser instalado a partir de grupo de trabalho interministerial entre os Ministérios da Economia e da Agricultura, com apoio dos setores produtivos, debatendo medidas que tornem sustentáveis a produção de insumos em regiões que hoje demandam os grãos, mas precisam “importar” de regiões que ficam, muitas vezes, há mais de mil quilômetros da zona de consumo.

- Articulação junto aos estados brasileiros para a **criação de suspensão temporária entre polos produtores e importadores (entre os estados) de milho e de soja nacionais dentro do Brasil,**



em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A proposta é que, com vossa interlocução juntamente aos Governadores, seja obtida a redução temporária do impacto gerado pelo supracitado imposto – ciente de que ele é um dos fatores de composição do frete, o que reduziria o custo final sobre os insumos.

Por fim, e por um pedido especial de nosso setor produtivo, solicitamos uma audiência por videoconferência com o Senhor Presidente e a nossa Ministra da Agricultura, juntamente com os representantes da avicultura e da suinocultura de todos os Estados do Brasil, para demonstrar a urgência e necessidade deste pedido, evitando perda de empregos e a inflação e alimentos.

Confiantes em vossa acolhida, finalizamos, renovando nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RICARDO SANTIN
PRESIDENTE

FRANCISCO TURRA
PRESIDENTE DO CONSELHO
CONSULTIVO

LEOMAR SOMENSI
PRESIDENTE DO CONSELHO
DIRETIVO

NÉLIO HAND
PRESIDENTE DA CÂMARA DE
ENTIDADES ESTADUAIS DA ABPA

**APOIAM ESTE DOCUMENTO AS ENTIDADES E SEUS RESPECTIVOS
PRESIDENTES:**

BAHIA



DARIO MARCARENHAS

CEARÁ



ESPÍRITO SANTO



ADEMAR KERCKHOFF

GOIÁS



CLÁUDIO FARIA

MATO GROSSO



LINDOMAR RODRIGUES

MINAS GERAIS



ANTÔNIO CARLOS VASCONCELOS

ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE AVICULTURA

CLÁUDIO MARTINS

PARANÁ



IRINEU DA COSTA RODRIGUES



PERNAMBUCO



ASSOCIAÇÃO
AVÍCOLA DE
PERNAMBUCO

GIULLIANO NÓBREGA MALTA

RIO DE JANEIRO



ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE
AVICULTURA E SUINOCULTURA

LUIS ALEXANDRE IGAYARA

RIO GRANDE DO SUL



JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS | JOSÉ ROBERTO GOULART

SANTA CATARINA



RICARDO FARIA | JOSÉ ANTÔNIO RIBAS



SÃO PAULO



ERICO POZZER

ASSOCIAÇÃO NACIONAL – SETOR DE OVOS



EDIVAL VERAS